

# MEGA EVENTOS E MEGA EMPREENHIMENTOS NO RIO DE JANEIRO

A LUTA POR JUSTIÇA ECONÔMICA,  
SOCIAL E AMBIENTAL





**MEGAEVENTOS E MEGAEMPREENHIMENTOS NO RIO DE JANEIRO  
A LUTA POR JUSTIÇA ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL**

**CARTILHA DE FORMAÇÃO**



### Expediente

**Publicação:** Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) em colaboração com Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas; com contribuições dos participantes no “I Seminário de Formação sobre megaprojetos e megaeventos no Rio de Janeiro: desafios e construção de alternativas populares”, realizado entre 26 e 27 de novembro de 2011, no Sindipetro-RJ.

**Produção textual:** Alessandro Biazzi, Karina Kato, Miguel Borba de Sá, Sandra Quintela.

**Apoio:** Fundação Rosa Luxemburgo

**Arte e diagramação:** Eduardo Ferrão

### Mais informações

**Endereço:** Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - Rua Evaristo da Veiga, 47/702, Centro, Rio de Janeiro - CEP: 20031-040.

**Sítio eletrônico:** [www.pacs.org.br](http://www.pacs.org.br) | **Telefax:** (21) 2210.2124

### Contatos

**Blog:** [comitepopulario.wordpress.com](http://comitepopulario.wordpress.com)

**Email:** [comitepopulario@gmail.com](mailto:comitepopulario@gmail.com)

**Twitter:** @ComitePopularRJ

**Facebook:** Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas

## **Apresentação**

O Rio de Janeiro hoje é uma das regiões que mais recebe investimentos no planeta. Cabe a todos os cidadãos questionar:

### **Quem ganha e quem perde com esse modelo de desenvolvimento?**

A cidade está cercada por megaempreendimentos industriais. Ao Norte, pela implantação do Comperj, maior complexo petroquímico da América Latina e, a Oeste, por um complexo siderúrgico liderado pela TKCSA. No meio, o Rio de Janeiro respira e transpira contaminação. Com esses projetos, estima-se que as emissões de CO<sub>2</sub> na cidade vão aumentar em mais de 70%! Governantes e capitalistas correm para pintar de verde e, assim, maquiagem a irresponsabilidade e insustentabilidade desses megaempreendimentos. Isso ficou claro durante a Rio+20, em junho de 2012.

Mas as várias marchas, atos e ações durante a Cúpula dos Povos mostraram o outro lado desta desfaçatez. A população não é boba e já toma consciência de que a maior parte do circo armado pelo grande Capital para conferências internacionais e para recepção de turistas durante a Copa de 2014 e nas Olimpíadas de 2016 NÃO QUER O POVO como convidado.

O sucateamento dos serviços públicos, de transporte, educação e saúde, a especulação imobiliária, as remoções forçadas, a falta de moradia decente e o endividamento para a construção de estádios e corredores de transporte sobre rodas indicam quem está lucrando e quem está pagando a conta dos megaeventos. As populações da Grécia – sede das Olimpíadas em 2004 e hoje penalizada pela crise financeira – e da África do Sul, sede da Copa de 2010, são exemplos concretos de que se não nos mobilizarmos, quem pagará a conta é o povo.

Seremos campeões de quê, em um quadro social e ambiental como este? Para onde estamos indo com esse modelo de desenvolvimento capitalista?

Quais desafios temos diante de nós, organizações e movimentos sociais, até, pelo menos 2016, com a implementação de mais megaempreendimentos e a realização de megaeventos no Rio de Janeiro?

Esta cartilha quer ser um insumo para nos ajudar a planejar nossas ações coletivamente.

Boa leitura!

# RIO+20 rio2016 RIO PARA QUEM?



Nos últimos anos, o Rio de Janeiro passou a ocupar o “olho do furacão” dos planos de investimento público e privado para a instalação de megaempreendimentos e megaeventos. E isso já tem resultado em impactos diretos sobre os direitos humanos, constantemente violados, de boa parte da população.

De um lado, estabelecem-se grandes projetos industriais e portuários; de outro, confirmam-se megaeventos, como a Rio+20, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa e as Olimpíadas.

Não é à toa que em 2010 a cidade do Rio de Janeiro tornou-se uma das principais cidades latino-americanas em atração de investimentos. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) estima-se que nesta década, período de realização da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, o estado se consolide como o ponto de maior concentração territorial de investimentos públicos e privados do mundo. Até o ano de 2020, o Governo do Estado estima que sejam investidos R\$ 1,9 trilhão.

Essas estimativas, no entanto, não consideram os impactos sociais e ambientais que este tipo de investimento acarreta e não contemplam nenhum instrumento que busque resguardar os interesses públicos e os bens comuns...

O Estado do Rio de Janeiro tem previsto um volume de contratações até 2018 no valor de R\$ 2.9 bilhões, segundo o “Cronograma de Liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação” da Secretaria de Finanças e Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Diretamente relacionados à Copa, fala-se de R\$ 330 milhões. Os demais créditos es-

**Para a Copa do Mundo, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) está trabalhando com a estimativa de gastos da ordem de R\$100 bilhões, enquanto o Tribunal de Contas da União (TCU), em sua última análise (junho de 2012), estimou os gastos até aquela altura em R\$ 27.4 bilhões, mas esta previsão do TCU não leva em consideração uma série de gastos relacionados com este megaevento.**

tão direcionados para obras de infraestrutura como as do Metrô, Arco Metropolitano, saneamento básico, etc. Muitos desses financiamentos foram conseguidos através de empréstimos tendo como razão principal a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Assim, dos quase R\$ 3 bilhões de novas dívidas geradas até 2018, quase R\$ 2 bilhões serão gastos nos próximos dois anos, sendo R\$1 bilhão em 2013 e R\$811 milhões em 2014. Essa dívida, o povo fluminense levará um bom tempo para pagar, com impactos diretos sobre as políticas públicas, uma vez que a maior parte do orçamento público será direcionada para o pagamento dos credores, retirando verba dos gastos sociais.

Desta forma, enquanto a educação, a saúde, os bombeiros e o saneamento são arrojados, bilhões de reais em recursos públicos têm sido dados de mão beijada para as empreiteiras e especuladores. Tudo indica que a Copa e as Olimpíadas vão repetir, em escala ainda maior, a história do Pan-americano de 2007: desvio de dinheiro público, obras grandiosas, porém inúteis depois das competições. Benefícios mesmo, só para os empresários. Já as violações de direitos são para milhares de brasileiros.

As remoções de famílias atingidas pelas obras já estão acontecendo de forma arbitrária e violenta, tanto no Rio de Janeiro como em várias cidades brasileiras. Só na cidade do Rio de Janeiro estima-se mais de 25 mil famílias já expulsas de suas casas. Essa situação já foi denunciada, inclusive, pelas Nações Unidas. Os jogos estão sendo utilizados como desculpa para instalar uma verdadeira Cidade de Exceção, com violação sistemática dos direitos e das leis.





Deste jeito, qual será o verdadeiro legado dos megaeventos? A privatização da cidade, dos espaços e equipamentos públicos, da saúde e da educação? A elitização do futebol e dos estádios? O lucro e os benefícios com isenções e empréstimos subsidiados com o nosso dinheiro para empreiteiras?

Nesses planos, aumentam-se as violações de direitos humanos e aprofundam-se a desigualdade e a exclusão social. A maioria da população, que já vivencia na pele a pobreza e o sub-emprego, será a mais afetada – como sempre!

**Na Copa 2014 e Olimpíadas 2016  
SE VIEREM COM GOL CONTRA...**



**... RESISTIREMOS E DIREMOS NÃO!**

O custo de vida e o aluguel não param de aumentar, famílias são removidas das suas casas, ambulantes e camelôs, proibidos de trabalhar.

Mais: eles estão gastando dinheiro público e apresentaram uma lei para não prestar contas depois. Mais de 95% dos recursos aplicados com megaeventos, em todo Brasil, são públicos! A FIFA, a CBF e o seu ex-presidente, Ricardo Teixeira, organizadores da Copa, são empresas e empresários privados. Representam, portanto, interesses privados. Além disso, sofrem

várias denúncias de corrupção. O Comitê Olímpico Internacional (COI) não fica atrás no ranking das denúncias.

As metrópoles têm atraído homens e mulheres em busca de prosperidade, oportunidades e qualidade de vida. Mas esse crescimento acelerado tem efeitos desiguais e contraditórios, como o aumento da segregação, da violência, do medo e de violações de direitos. Um desses efeitos tem sido a constante criminalização da pobreza. Para a população da América Lati-

na isso não é novidade. As cidades crescem, mas não oferecem mínimas condições de vida, nem tratamento justo, para a maioria da população trabalhadora.

No Brasil, dados do Censo 2010 revelam que 84,35% da população brasileira – mais de 160 milhões de pessoas – residem nas áreas urbanas. Nesse processo, o mercado imobiliário e o Poder Público, articulados, impediram que a população de baixa renda ocupasse os espaços com boa infraestrutura, serviços públicos, áreas de lazer e bens de uso coletivos. As remoções forçadas de comunidades de baixa renda, abrindo caminho para a especulação imobiliária sob a desculpa de obras de “mobilidade urbana” para os megaeventos, representam o ápice deste processo de injustiça social nos territórios de nossas capitais.

Diante dessa situação, em que os pobres são expulsos das suas moradias, os movimentos sociais estabeleceram como bandeira a luta pelo direito à moradia digna. A moradia é muito mais do que uma casa. Moradia é qualidade ambiental, acesso a transportes, trabalho, segurança, gestão democrática e muito mais!

A justiça e o **direito à cidade** fazem parte da luta histórica pelo uso igualitário da cidade, dentro dos princípios do interesse social da propriedade, sustentabilidade, democracia e justiça social. Mas, para que o **direito à cidade** se concretize é preciso socializar o solo urbano e garantir áreas de interesse social, permitindo que todas as pessoas tenham a possibilidade de morar em áreas adequadas e seguras, independentemente de renda ou raça.

### Justiça Econômica, Social e Ambiental nas Cidades



Nesse contexto, a propriedade privada e a concentração fundiária são os principais entraves para a realização deste direito. Os governos, muitas vezes, contribuem para o agravamento dessa situação, violando direitos por meio de políticas intimidantes de remoções e de programas habitacionais inadequados, ignorando o interesse social da propriedade, que está previsto na Constituição Federal.

**PORTO MARAVILHA: Quando a cidade vira mercadoria,  
quem paga a conta é o trabalhador!**

A região portuária da cidade do Rio de Janeiro abrange os bairros da Gamboa, Santo Cristo, Saúde e Caju, além de partes do Centro e São Cristóvão. A população estimada nessa área, até meados dos anos 2000, era de 40.000 pessoas e via-se ali um dos menores IDHs da cidade. A grande maioria dessa população mora em favelas, cortiços, ocupações de sobrados e galpões abandonados. Ali na região fica aquela que é considerada a primeira favela do Rio de Janeiro, o morro da Providência. Mais de 60% dos imóveis (prédios, galpões, sobrados e terrenos) pertencem Estado (governos municipal, estadual ou federal).

Era considerada uma área degradada da cidade, sem investimentos sociais e muito menos econômicos. O que fazer numa situação dessas? Garantir direitos e dar melhores condições de vida para quem mora ali, certo? Mas na opinião do atual prefeito está ERRADO!

A aliança dos governos municipal, estadual e federal resolveu entregar toda aquela região para um consórcio de empreiteiras (OAS, Carioca Engenharia e Odebrecht), pelos próximos 15 anos, para executarem todas as obras de infraestrutura necessárias para ocupar os terrenos públicos com megatorres de escritórios, condomínios de padrão elevado e empreendimentos voltados para o turismo, que chega em transatlânticos a serem ancorados onde antes era o porto de cargas gerais.

Toda essa “revitalização” – termo polêmico, pois sugere que antes não havia vida no local, o que é errado e elitista - está virando a região do avesso, expulsando centenas de famílias de suas moradias e criando um enclave territorial exclusivo, que será totalmente administrado pelo consórcio e utilizado apenas pela sua clientela, por quem puder pagar para passear por ali. É uma privatização de uma área pública da cidade! Tudo isso, com um polpudo financiamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da Caixa Econômica Federal. Isso mesmo! A poupança do trabalhador está bancando a farra da especulação imobiliária que expulsa o trabalhador de uma área histórica da Cidade e a transforma num calçadão de grife para deleite de grandes empresários e empreiteiros.

## Os Megaeventos

Muitos são os megaeventos já previstos para o Rio de Janeiro até 2016: a Jornada Mundial da Juventude de 2013; a Copa das Confederações FIFA de 2013; a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Em todos eles há algo em comum: a política de segurança e o uso de recursos públicos. (Quanto ao financiamento público, a seguir vamos tratar desse ponto com mais informações). No caso da política de segurança foi divulgada no dia 20 de agosto de 2012 a seguinte PORTARIA NORMATIVA Nº 2.221, do Ministério da Defesa, que diz o seguinte:



*“Neste contexto, o Ministério da Defesa está autorizado a realizar o planejamento para o emprego temporário das Forças Armadas para atuar: nas áreas de Defesa Aeroespacial, de Controle do Espaço Aéreo, de Defesa de Áreas Marítima, Fluvial e Portuária, de Segurança e Defesa Cibernéticas, de Preparo e Emprego, de Comando e Controle, de Defesa Contra Terrorismo, de Fiscalização de Explosivos, de Forças de Contingência e de Defesa Contra Agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos ou Nucleares; em ações complementares, quando for o caso; e em outras atribuições constitucionais das Forças Armadas, em todas as cidades-sede, durante os Grandes Eventos.*

*Com base na Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude de 2013, que serão realizadas no Brasil, o Ministério da Defesa poderá autorizar o uso de Aeródromos Militares para embarque e desembarque de passageiros e cargas, trânsito e estacionamento de aeronaves civis, mediante Termo de Cooperação próprio, que deverá prever recursos para o custeio das operações aludidas”.*

O que já foi presenciado durante a Rio+20, presença policial e militar massiva, estará acompanhando a população do Rio nos próximos anos. Principalmente a população empobrecida que hoje já é “público alvo” das políticas de segurança pública. Geralmente, a única política pública que chega nessas comunidades é a policial-repressiva.

## **Rio+20**

O primeiro desses megaeventos foi a realização da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU, também denominada Rio+20. O evento contou com a presença de muitos chefes de Estado, envolvendo um pesado esquema de segurança, que custou mais de R\$ 200 milhões.

Isso que estão fazendo com os esportes e com as nossas cidades, ou seja, transformando-os em produtos de luxo, só para alguns, querem fazer também com nosso direito de viver em um ambiente saudável.

Durante a Rio+20, o principal tema debatido na cúpula oficial foi a chamada Economia Verde. Que de verde não tem nada! É o velho capitalismo pintado de verde para esconder o rastro cinza que tem deixado no mundo com suas siderúrgicas, o agronegócio, a mineração, etc... É um modelo de desenvolvimento de cima para baixo, que ignora as populações tradicionais. Que produz massacres contra indígenas. Que produz cada vez mais desigualdade e fome no mundo.

Na Rio+20 oficial, a ideia dominante foi ampliar ainda mais o poder dos bancos e das grandes empresas, que geraram a grave crise financeira que o mundo enfrenta hoje. E esses atores, representantes do neoliberalismo, tem cada vez mais voz na ONU. Esta organização parece estar, cada vez mais, capturada pelos interesses corporativos.

A Economia Verde significará a mercantilização e financeirização da na-

tureza em todo o seu conjunto. Do polinizar da abelha às fontes de água, chegando até mesmo às belas paisagens... Tudo passa a ser privatizado e comercializado nas bolsas de valores do mundo inteiro.

Para quem lutou contra a ALCA, é importante deixar claro que a Economia Verde é pior do que aquele tratado. A ALCA era um contrato que tinha data e momento a ser assinado, podendo ser combatido com mais clareza. Por outro lado, os mecanismos pelos quais a Economia Verde está chegando não são assim tão visíveis...

Essa Economia Verde chega por meio de políticas públicas. Chega com mecanismos como o REDD (Redução de Emissão por Desmatamento e Destruição) e tudo o que significa o mercado de carbono. Até o ar que respiramos já é mercadoria nas bolsas de valores. A entrada em operação da Bolsa Verde no Rio de Janeiro, duas semanas antes da Rio+20, não foi mera coincidência!

Não é à toa que no Brasil a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da conhecida Senadora Kátia Abreu, e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) sejam os principais interessados em difundir a Economia Verde. Juntas, essas entidades representantes das elites têm promovido, em parceria com algumas organizações sociais, debates em todo o País para difundi-la. Já não seria um bom motivo para suspeitar ainda mais dessa tal Economia Verde?

**Querem que a gente acredite que é possível salvar o planeta aprofundando esse mesmo sistema de produção e consumo! Será que vamos sair dessa do aquecimento global – fato real – sem enfrentar o debate em torno da urgência do fim do capitalismo? Ou será que, de repente, passamos a acreditar em “tigre vegetariano”?**

A Rio+20 aconteceu entre os dias 20 e 22 de junho de 2012. Neste mesmo período, os movimentos sociais, sindicatos e demais organizações da sociedade civil realizaram a **Cúpula dos Povos** por justiça social e ambien-

tal – contra a mercantilização da vida e da natureza e em defesa dos bens comuns. Muita gente esteve nas ruas. E isso foi um marco político muito importante. Pois só o povo na rua pode parar o capitalismo destruidor. Vamos ocupar o Rio durante os próximos megaeventos também!

## **Copa 2014 e Olimpíadas 2016**

Em outubro de 2007, poucos meses após a realização dos Jogos Pan-Americanos em nossa cidade, a FIFA oficializou o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014.

Dois anos após, em outubro de 2009, reforçando a escolha da cidade para sediar megaeventos esportivos, o Rio era selecionado como sede para as Olimpíadas de 2016, com um projeto estimado em R\$ 25,9 bilhões, com gastos divididos entre os governos federal, estadual e municipal e, em menor parte, a iniciativa privada. Mais de 98% do dinheiro gasto nessas obras sairão dos cofres públicos!

O endividamento dos três entes federativos envolvidos (Município, Estado e União) com os megaeventos torna-se mais grave se considerarmos que só em 2012 o governo federal realizou um corte no orçamento no valor de R\$ 60 bilhões, que atingiu duramente as chamadas áreas sociais, como saúde e educação, reforma agrária e habitação. Todo ano, os cortes de recursos para as áreas sociais são enormes e a grande imprensa não dá a devida atenção a este fato. Já o pagamento da dívida com os mercados financeiros nunca recebe cortes e representa, em média, metade do orçamento federal!

Os recursos públicos estão favorecendo os investimentos privados e, ao mesmo tempo, desassistindo a população que mais necessita deles para satisfazer seus direitos mais básicos, como saúde, educação e segurança. Eles falam que nossos bairros e as moradias populares são irregulares, mas não há nada mais irregular do que a forma como estão agindo. Há total

falta de transparência, desprezo pela legislação e pelos direitos humanos, sem falar na coação e violência do Estado contra os mais pobres.

Por exemplo, a Lei Geral da Copa, já aprovada pelo Congresso e sancionada pela presidenta Dilma, é uma violação clara à Constituição brasileira. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa tentou pressionar o Senado Federal para que não a aprovasse baseados nos pontos abaixo listados, mas infelizmente a maioria dos senadores não deu ouvidos aos movimentos sociais e preferiu beneficiar as grandes empresas novamente:

<b>EXIGÊNCIAS DA FIFA PROPOSTAS NA LEI GERAL DA COPA</b>	<b>VIOLAM</b>	<b>A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA</b>
Meia-entrada de idosos e estudantes apenas na "categoria popular", o mais barato; liberação da "venda casada" de entradas com pacotes turísticos; Fifa não é obrigada a cumprir normais locais de defesa do consumidor na compra dos ingressos para os jogos.	×	Direitos do consumidor (art. 5º, XXXII e art. 170, V)
Permissão para a criação de Zonas de Exclusão, com restrição ao comércio de rua e à circulação de pessoas num raio de 2 km no entorno de estádios de jogos e treinos, fan fests e outros locais (Cap. 2, Seção II)	×	Direito ao trabalho (art. 5º, XIII e art. 6º, caput) e Direito de ir e vir (art. 5º, XV)
Privatização e exclusividade da exploração comercial de símbolos, emblemas e mascotes da seleção brasileira e do Brasil, sem controle da sociedade ou do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Cap. 2, Seção I)	×	Proteção do patrimônio cultural brasileiro (art. 216)
Proibição de aulas nas redes de ensino público e privado durante o Mundial de 2014 (art. 64).	×	Direito à educação (art. 205)
Criação de crimes especiais (Cap. 8) e sanções civis (Cap. 2, Seção IV) para reserva de mercado, publicidade e propaganda.	×	Liberdade de expressão (art. 5º, IX) e livre iniciativa (art. 170, caput)
Limitações à captação e transmissão de imagem e som (Capítulo 2, Seção III)	×	Liberdade de imprensa e de informação jornalística (art. 220, par. 1º)
Responsabilidade geral do Estado por "quaisquer danos e prejuízos" com acidentes de segurança, devendo a União Federal indenizar a FIFA (Cap. 4)	×	Conservação do patrimônio público (art. 23, I)



O **corredor Transoeste** (Barra da Tijuca - Santa Cruz e Campo Grande) vai remover 523 famílias.

A **Transcarioca** (Barra - Galeão) prevê mais de três mil remoções forçadas.

Nas comunidades atingidas pelas obras da Transoeste (Restinga, Vila Harmonia, Vila Recreio II, Notre Dame e Guaratinga), Transcarioca (Campinho) e muitas outras está ocorrendo a mesma coisa: inicialmente, um eficiente “convencimento”, baseado em informações falsas, promessas e ameaças. Em seguida, o despejo violento e a demolição das casas sem qualquer consideração por idosos, crianças ou doentes.

Em Campinho, destruíram o conjunto arquitetônico do Caminho Imperial, e na Vila Harmonia, dois Terreiros de Candomblé: um desrespeito ao direito de livre exercício da religião, que também está previsto na Constituição Federal.



Traçado da “Transolímpica” - Imagem do vídeo oficial da Prefeitura do Rio com a curva criminosa feita pela Transolímpica apenas para justificar a remoção da Vila Autódromo.

## O Rio dos megaeventos...



**...submisso aos interesses de cartolas e capitalistas; sem compromisso com a população.**

No processo de expulsão baseado em intimidações e chantagem, a Prefeitura oferece duas opções ruins. A primeira é um financiamento de apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (gerando grandes dívidas para quem for morar lá), em Cosmos ou Campo Grande, há 30 ou mesmo 60 km de distância



de onde moravam, sem infraestrutura, serviços públicos e distante de comércio local. A segunda é uma indenização irrisória, que não permite comprar uma residência equivalente na região. Pequenos comércios ou oficinas não recebem nem mesmos estas migalhas.

Tudo isso para abrir caminho e terreno para as grandes empreiteiras e especuladores imobiliários, que enriquecerão às custas da expulsão dos moradores atuais. Pior, tudo bancado com dinheiro público.

Quem tenta resistir é ameaçado: se não aceitar “a negociação”, ficará sem nada. “Vamos derrubar de qualquer jeito, melhor aceitar a negociação”, é o que dizem os funcionários da Prefeitura carioca.

As comunidades de Vila Harmonia, Recreio II e Restinga já encaminharam denúncias, pedindo a suspensão das violências, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Pois o Brasil assinou o Tratado Interamericano de Direitos Humanos e as ações contras as comunidades são uma violação desse Tratado e também à nossa própria Constituição.

A Vila Autódromo está localizada em uma área cobiçada pela especulação imobiliária há muitos anos. Desde os Jogos Pan-americanos essa comunidade tem derrotado as tentativas de remoção. Como seus moradores já conquista-



*Também não podemos admitir, sob qualquer pretexto, que nossos cidadãos sejam surpreendidos por retroescavadeiras que aparecem de repente para desalojá-los, destruir suas casas, como acontece na Palestina ocupada.*

Romário, ex-jogador de Futebol e deputado federal, em discurso no Congresso Nacional.

ram títulos de posse da terra e assim ocupam legalmente a região, o governo agora diz que trata-se de uma “área de proteção ambiental”. No entanto, parece que é só a área ocupada por trabalhadores pobres tem que ser “protegida”. Os outros chamados “lotes molhados”, dentro do polêmico Plano de Estruturação das Vargens, e o aterro em curso na Lagoa de Jacarepaguá para o Rock in Rio já foram aprovados e realizados. Assim, os projetos para a classe média e para os ricos podem invadir áreas de suposta proteção ambiental: para eles, a lei não se aplica; mais um exemplo da Cidade de Exceção em que vivemos hoje.



**VIVA A VILA  
AUTÓDROMO**  
  
**RIO SEM REMOÇÕES**

Ao mesmo tempo em que chegava a bandeira olímpica ao Rio de Janeiro, era apresentado ao prefeito, pela comunidade da Vila Autódromo, um projeto inédito de urbanização. Neste projeto popular, a comunidade exige sua permanência no local como legado Olímpico de 2016. O Plano foi elaborado com apoio de Centros de Pesquisa de Universidades Federais, junto com os moradores. Este ‘Plano Popular’ prova que urbanização custará apenas 35% do previsto com a remoção da comunidade. É mais barato garantir direitos do que violá-los! Vejamos um quadro comparativo ilustrativo do conteúdo do plano:

<b>Plano Popular da Vila Autódromo</b>	<b>Remoção e Reassentamento dos Moradores</b>
<p><b>Planejamento Popular:</b> O Plano é resultado da organização dos moradores da comunidade, com assessoria das universidades. Para sua elaboração, foram realizadas 3 oficinas de trabalho, 6 Assembléias com ampla participação dos moradores, além de reuniões com grupos de moradores, e do Conselho Popular do Plano, instaurado em janeiro de 2012.</p>	<p>A notícia da remoção chegou para os moradores através da mídia, sem contato anterior ou informações da Prefeitura direta para os moradores. Em reuniões com os moradores, a Prefeitura reafirmou que estava certa a remoção, sem possibilidade de diálogo ou apresentação de alternativas. A proposta de reassentamento foi apresentada aos moradores em uma reunião, e foi questionada pela maioria dos presentes (Veja em <a href="http://youtu.be/Irc8AtSFpEo">http://youtu.be/Irc8AtSFpEo</a>) Não houve audiência pública sobre o empreendimento proposto para reassentamento das famílias.</p>
<p><b>Custo do Terreno: R\$0,00</b> Moradores possuem direito de posse do terreno - Concessão de Direito Real de Uso para Moradia, concedido pelo Governo do Estado, desde a década de 1990.</p>	<p><b>Custo do Terreno: R\$19,9milhões</b> Estão previstas 920 unidades no terreno adquirido, considerando que são 450 famílias da Vila Autódromo (as demais viriam de outras comunidades removidas), a fração da área do terreno para o reassentamento da Vila Autódromo corresponde ao valor de <b>R\$ 9.733.695,60</b> de terreno. Terreno que está sendo adquirido pela Prefeitura, pertencente a duas empresas que fizeram doações à campanha do Prefeito Eduardo Paes de pelo menos R\$245mil, e que se beneficiam com a remoção da comunidade com novos lançamentos imobiliários vizinhos à área.*</p>
<p><b>Custo estimado da Urbanização e Reassentamento na própria comunidade: 13.526.000,00</b> (Inclui estimativa de custo para urbanização, produção de 82 novas unidades, recuperação ambiental da faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, e áreas de uso comunitário, esporte e lazer)</p>	<p><b>Custo estimado da Produção Habitacional para o Reassentamento no novo terreno: 28.350.000,00</b> (Referência de R\$63mil por unidade habitacional, limite do Programa Minha Casa, Minha Vida, para 450 famílias – sem considerar o elevado valor do terreno adquirido pela prefeitura)</p>
<p>Moradores que permanecem em suas casas: 368 Reassentamentos na mesma comunidade: 82</p>	<p>Moradores que permanecem em suas casas: 0 Reassentamento em nova área: 450</p>
<p>Novas Unidades Habitacionais: 82 Área média: 76m<sup>2</sup> Unidades variando de 58m<sup>2</sup> a 95m<sup>2</sup>, com 1 a 3 quartos, com tipologias diferenciadas considerando as características das famílias que serão reassentadas. As unidades de 58 m<sup>2</sup> são sobrados e casas unifamiliares, com possibilidade de ampliação para 72 m<sup>2</sup> e 93 m<sup>2</sup>, respectivamente. O menor apartamento, de 1 quarto tem área de 66m<sup>2</sup>. Área de reestruturação para produção de novas moradias: 5.710m<sup>2</sup></p>	<p>Novas Unidades Habitacionais: 920 Área média: 49m<sup>2</sup> Unidades variando de 45m<sup>2</sup> a 62m<sup>2</sup> 50 blocos de 5 pavimentos, com 720 apartamentos de 2 quartos, e 200 de 3 quartos (não é possível identificar quais serão destinados à Vila Autódromo)</p>
<p>Equipamentos sociais, comunitários e áreas de lazer: creche comunitária, praça com áreas de lazer e estar, churrasqueira comunitária, parquinho infantil, academia da 3ª idade, trilha ecológica, campo de futebol.</p>	<p>Equipamentos sociais e áreas de lazer: quadra esportiva, escola, trilha ecológica.</p>
<p><b>Recuperação Ambiental:</b> O Plano prevê área de recuperação ambiental de Faixa Marginal da Lagoa e Beira de Córrego: 23mil m<sup>2</sup> Atende à Resolução CONAMA no. 369/2006, que dispõe sobre a regularização fundiária sustentável em área urbana nos casos de interesse social, para faixas de APP – Área de Preservação Permanente, definidas no Código Florestal.</p>	<p><b>Fragilidade Ambiental:</b> O terreno adquirido era antiga área de mineração, e a maior parte de sua área está qualificada como de alto e médio risco, segundo mapa de suscetibilidade ao escorregamento da GeORIO. A implantação das novas unidades, segundo projeto apresentado pela prefeitura desconsidera as fragilidades ambientais do terreno, e não foi apresentado para licenciamento ambiental.</p>

\*Fonte: “Rio para R\$19,9mi por área de doador de Paes”, O Estado de São Paulo, 6 de outubro de 2011.

Em Pequim foram removidos um milhão e meio de pessoas. No caso da África do Sul, na Cidade do Cabo, uma favela com 20 mil moradores foi removida por causa da Copa. Essas pessoas foram removidas para habitações temporárias (de lata!) e lá permanecem até hoje, porque as moradias prometidas no momento da remoção nunca foram entregues. Ao mesmo tempo, os prédios novos construídos no local acabaram não indo para a população que morava lá antes, mas sim para uma população de maior renda. Vendedores ambulantes e população de rua também foram enxotados para as periferias distantes no período da Copa. Esses casos não apareceram na TV.

Também denominados de megaprojetos de capital, são empreendimentos de orçamentos altíssimos para a implantação de plantas industriais complexas e normalmente associadas a portos para escoamento da produção de bens primários.

Os megaempreendimentos relacionam-se não apenas com o setor petrolífero – estão ligados em larga medida à exploração do Pré-Sal – mas também aos setores siderúrgicos e portuários, consolidando o Rio de Janeiro como principal porto de escoamento do minério de ferro de Minas Gerais. A concentração desses megaempreendimentos dá-se principalmente em três pontos. O primeiro, no nordeste fluminense, denominado Complexo do Açú; o segundo localiza-se na Baía de Sepetiba, e o terceiro, na Baía de Guanabara. Unindo e articulando todos esses pontos de concentração encontra-se o Arco Metropolitano, uma rodovia que conectará as cinco principais estradas que cortam a Região Metropolitana do estado.



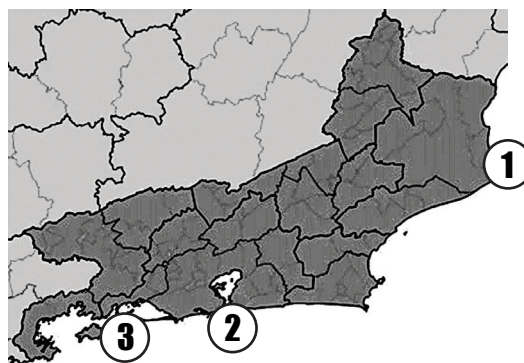
*Não existe razoabilidade do ponto de vista jurídico e social em se retirar uma comunidade que está ali há **40 anos** para realizar uma Olimpíada que vai durar **15 ou 20 dias**. Existem formas de se compatibilizar o direito à moradia, que é garantido pela Constituição, com a realização dos Jogos.*

Defensoria Pública do Rio de Janeiro, sobre as ameaças a Vila Autódromo.

## A Expansão no Norte-Fluminense (1)

O principal empreendimento é o Porto do Açu, da LLX em sociedade com a Anglo Ferrous. É um terminal portuário privativo de uso misto, com um investimento de R\$ 4,3 bilhões, boa parte financiada pelo BNDES. Contará com um complexo siderúrgico e com um mineroduto de 525 km de extensão. A meta é exportar 63,3 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, além de 10 milhões de toneladas anuais de produtos siderúrgicos e 15 milhões de toneladas de carvão.

### Os Mega-Empreendimentos



Atualmente, o mineroduto já atravessa área de um assentamento do MST com muitos impactos sobre suas práticas e produção agrícola. Ao entrar em operação, os impactos sobre os pescadores artesanais serão enormes, bem como sobre a saúde dos moradores da região.

## A Expansão na Baía de Guanabara (2)

As mudanças na Baía de Guanabara começam com a efetivação dos planos de “revitalização” da zona portuária. A primeira fase do projeto prevê investimentos no valor de US\$ 187 milhões, sendo mais de 50% públicos. A Petrobras avança também na construção de estruturas para ampliação de sua produção e escoamento de gás natural. As obras incluem a construção de gasodutos, parte dos projetos Gás Natural Liquefeito (GNL) e Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), que partem da REDUC (Caxias) e passam pela praia de Mauá (Magé) até alcançar terminais aquaviários em ilhas da Baía de Guanabara.

Infelizmente, com o início das obras viárias, aparecem seus trágicos impactos sobre muitos bairros populares. Os direitos humanos estão sendo violados. O direito à moradia está sendo atropelado pelos tratores e pela política dos governos. Em Itaboraí, encontra-se o Complexo Petroquímico de Itaboraí, o Comperj, que concentrará indústrias processadoras de produtos petroquímicos.

Essas obras afetam de modo irreversível a vida dos pescadores artesanais que tiram seu sustento da Baía. Esses mesmos pescadores já haviam sido penalizados, quando, em 2000, a Petrobras foi responsável pelo vazamento de cerca de 1,3 milhões de litros de óleo na Baía de Guanabara.

## **A Expansão na Baía de Sepetiba (3)**

Muitos são os projetos concluídos e em processo de implantação na Baía de Sepetiba. Há a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), o Porto Sudeste, também da LLX Logística, e outros projetos da Petrobras, da Gerdau e da CSN.

Todos esses projetos conflitam diretamente com a população local, em grande parte povos e comunidades tradicionais, como quilombolas e pescadores artesanais, e com os ecossistemas encontrados na Baía de Sepetiba, que ainda abriga manguezais e mata atlântica. Além disso, as siderúrgicas, quando em funcionamento, têm impactos graves sobre a saúde da população que vive no entorno do empreendimento, bem como contribuem muito para as emissões de Gases de Efeito Estufa, que aceleram o aquecimento global.

## O MARACA É NOSSO!

### As 11 posições do Comitê Rio para Campanha Unificada sobre o Maracanã:

**1 - Mau uso do dinheiro público:** De 1999 a 2006, foram gastos cerca de 400 milhões de reais em reformas que prometiam deixar o Maraca pronto para a Copa de 2014. Agora decidem colocar tudo abaixo e construir um novo estádio por mais de 1 bilhão ( !!! ), via BNDES.

**2 - Privatização do Maracanã:** Após as centenas de milhões das reformas, e o bilhão da reconstrução, não faz sentido um patrimônio público, de todos os cariocas, ser repassado para a iniciativa privada (Eike Batista!!), que não investiu no estádio mas está a postos para embolsar o lucro gerado por ele. O Maraca é da população e não pode ser vendido!

**3 - Elitização do Maracanã:** A geral, espaço tradicional de participação popular, com ingressos a preços acessíveis, já havia sido extinta. Está cada vez mais caro frequentar e assistir futebol ao vivo, o que tem afastado boa parte da população dos estádios e enriquecido as empresas de TV a cabo. Exigimos preços populares!

**4 - “Europeização” do Maracanã:** Sem a geral, morrem as manifestações populares bem-humoradas. Agora, botam abaixo também as arquibancadas, espaço coletivo de criação, para a construção de um Maracanã apenas com camarotes, currais “VIPs”, cadeiras numeradas e lugares marcados, inviabilizando nossas formas tradicionais de torcer, com mobilidade e liberdade dentro do estádio, coreografias, instrumentos musicais, bandeiras... Queremos respeito à nossa cultura de torcedor e exigimos a inclusão de setores populares no projeto do novo estádio!

**5 - “Encolhimento” do Maracanã:** Recentemente, mais de 100 mil pessoas assistiam ao jogo com segurança no estádio. Com cadeirinhas acolchoadas e lugares marcados, cai pela metade a capacidade, aumenta o preço do ingresso, e menos pessoas podem ver o jogo. Pra ver seu time, o geraldino hoje é obrigado a se espremer no boteco da esquina!

MOBILIZE-SE E DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO  
E À ELITIZAÇÃO DOS ESTÁDIOS...



...E À PRECARIZAÇÃO DE HOSPITAIS,  
ESCOLAS E DOS SERVIDORES PÚBLICOS!



**6 - Descaracterização arquitetônica do Maracanã:** O estádio, que era um patrimônio histórico e cultural tombado, passou a ser um patrimônio demolido, às vistas de todos, com as bênçãos do IPHAN. Sua arquitetura foi completamente descaracterizada, e a ideia é erguer uma “arena” asséptica e metida a besta. O Maracanã não pode virar shopping center!

**7 - Remoção de famílias do entorno:** Comunidades de baixa renda estão tendo suas casas demolidas para dar lugar a estacionamento gigantescos. Defendemos que o direito das pessoas a uma moradia adequada é um legado mais importante do que vagas para carros!

**8 – Falta de Transparência e Participação Popular:** Onde estão os laudos técnicos, os estudos de impacto e as plantas do projeto para o estádio? Em que mesa se decidiu a demolição da bancada e da marquise? Houve audiências públicas? Os torcedores, verdadeiros donos do Maraca, foram consultados? Onde está o balanço financeiro da SUDERJ que comprova que o Maracanã é deficitário?...

**9 – Repressão ao comércio informal no entorno do estádio:** Esqueça o isopor e a cervejinha antes de entrar no estádio. No “Novo Maracanã”, torcedor não bate-papo na porta do estádio, e trabalhador que tá na batalha toma madeirada no lombo e volta pra casa de mão abanando.

**10 – Favorecimento explícito a grupos empresariais:** Odebrecht, Andrade Gutierrez, Delta, Eike Batista... As figurinhas são sempre as mesmas: as mesmas que fornecem jatinhos, helicópteros e outros mimos para o Governador Sérgio Cabral; as mesmas que fecham contratos em todos os estádios da Copa e em outras obras de infraestrutura; as mesmas que vão ser donas dos camarotes VIPs das “arenas”; as mesmas que financiam as campanhas dos partidos políticos mais ricos...

**11 – Más condições de trabalho nas obras:** Enquanto as empreiteiras enchem o cofre de dinheiro, os operários das obras do Maraca reivindicam benefícios fundamentais e melhores salários e condições de trabalho. Em 2011, os trabalhadores ficaram pelo menos 24 dias em greve.



1950, Copa do Mundo: Nasce um estádio popular. Um templo onde brasileiros comuns – avós, pais, filhos, netos – sorriram, cantaram e choraram juntos.

## LIMPEZA MAQUEIA A REALIDADE

Remoções, Muros, Choque de Ordem, UPPs, Milícias... O Rio de Janeiro permanece como um dos Estados mais inseguros para se viver – especialmente para a juventude e aqueles que vivem fora do “cinturão de segurança” dos megaeventos. A Militarização da Cidade, promovida atualmente, busca limpar e valorizar o espaço urbano para a especulação imobiliária, enquanto o governo é conivente com o poder das milícias e negociatas do grande capital.



## RIO DE JANEIRO = TRANSPORTE INSUSTENTÁVEL E LUCRATIVO PARA EMPRESÁRIOS

O Rio de Janeiro e São Paulo tiveram em 2009 os preços mais altos em transportes dentre as cidades da América Latina. Se já não bastasse essa triste estatística, a população do Grande Rio tem de conviver, todos os dias, com engarrafamentos, conduções superlotadas e sucateadas. Isso porque nossos governantes são - antes de serem servidores públicos - porta-vozes dos empresários do transporte. O transporte rodoviário dos BRTs e das Trans atende exclusivamente aos empresários e não solucionam o transporte público no Rio. **Dizemos Não à privatização e à precarização dos serviços públicos e aos aumentos abusivos do metrô e das barcas. Não esquecemos as mortes e feridos dos acidentes com o Bondinho de Santa Teresa e seus responsáveis!**



## O que queremos?

A partir da preocupação com estas questões é que constituímos e nos organizamos no Comitê Popular da Copa e Olimpíada – RJ. Esta é uma articulação que reúne comunidades, militantes, movimentos sociais, pesquisadores, torcedores e ativistas urbanos, indignados e dispostos a lutar pelo DIREITO À CIDADE, À DEMOCRACIA E À JUSTIÇA URBANA!

**Esta Cartilha de Formação é um convite para que você participe de nossa equipe! Uma seleção que veste a camisa da participação popular e da justiça econômica, social e ambiental!**



### PODEMOS VIRAR A PARTIDA!

Participe, convoque sua comunidade, seu bairro e amigos. Vamos exercer nosso direito pelo controle popular da cidade! Isso será um verdadeiro gol de placa para o Brasil e o Rio de Janeiro na Copa e nas Olimpíadas.

**UNIDOS NA LUTA POPULAR!**

## **Metodologia para uso da cartilha sobre megaprojetos no Rio de Janeiro**

Para que essa cartilha seja bem aproveitada estamos propondo um método de como utiliza-la. Não é uma forma. É apenas uma sugestão. A ideia é que ela possa ser lida coletivamente em espaços de formação auto-organizados. Aproveite!!!

### **Ter sempre presente que:**

**a )** Método não é uma receita mágica que serve para todos os problemas da formação. Nem é um instrumento neutro, pois, está sempre ligado a uma visão de mundo e a um objetivo histórico concreto.

**b )** A formação também não é o remédio infalível para todos os males nem um processo neutro. A formação serve a uma causa determinada e sua finalidade é tornar comuns as ideias de um grupo. Ao espalhar essas ideias o grupo pode atrair outras pessoas que se situam na mesma perspectiva. Processo de formação acontece quando grupos têm claro suas convicções, sua missão e um plano de atuação ou como ajuda para que esse grupo expresse sua identidade.

**c )** Metodologia Popular é, então, instrumento da formação enquanto processo de tradução, re-construção e criação coletivas do conhecimento sobre a realidade com a intenção de transformá-la . Por isso, a metodologia popular é sempre participativa: nem para, nem sobre, mas com os atores envolvidos. Sua finalidade é qualificar a ação da militância que se apropria do conteúdo e do método.

## Sobre o uso da Cartilha

### Sugestão de método de como utilizar a cartilha em oficinas com duração de 6 horas:

**a ) Convocação:** parte determinante em qualquer atividade popular. Funciona quando é feita por um contato direto. Avisos gerais e públicos ou escritos, servem apenas para recordar a convocação pessoal.

**b ) Preparação:** as pessoas encarregadas de animar o debate devem estudar bem o assunto, preparar material de apoio e sugerir dinâmicas participativas.

**c ) O local da reunião:** um espaço acolhedor, que acomode bem as pessoas e com um ambiente que expresse o assunto a ser debatido: mapas, cartazes, símbolos, músicas...

**d ) Disciplina consciente:** por respeito às pessoas o estudo deve começar e terminar na hora marcada, privilegiando quem chegou. É possível estudar a Cartilha em 6 horas, em 4 sessões de hora e meia.

Participar e não assistir palestras sobre a megaprojetos no Rio de Janeiro deve ser a finalidade do estudo da Cartilha. Cabe à coordenação ou a um assessor comprometido resumir o debate, questionar as afirmações e complementar com informações, sem afastar-se do tema principal.

**f ) Mobilização e organização:** os Comitês Populares da Copa e o Mutirão de Formação fazem parte de um esforço de Mobilização. A qualidade de um evento de mobilização de massa se mede pela capacidade de reunir militantes que projetam e sustentam uma mobilização, mas sobretudo, pelo número de grupos organizados e continuadores dela.

## **Roteiro para encontros de Base sobre os megaprojetos no Rio de Janeiro:**

Os encontros de base podem ser realizados no âmbito comunitário, setorial e ou municipal e preparados conforme o tempo que as pessoas dispõem.

- a )** Abertura, com entusiasmo.
- b )** Apresentação das pessoas: nome, organização, uma palavra que expresse seu grau de conhecimento do assunto - uma hora.
- c )** Conhecer, folhear a Cartilha, saber como ela foi produzida - meia hora.
- d )** Leitura em grupo dos primeiros capítulos respondendo: o que são os megaprojetos - hora e meia.
- e )** Socialização, debate e complementação - uma hora.
- f )** Informe sobre as iniciativas do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas com esclarecimentos e complementações - meia hora.
- g )** Debate em grupos tentando definir como vai ser a participação dos presentes na luta contra os megaprojetos e em defesa da justiça social e ambiental, quais ações concretas se pode fazer, seja a nível local ou a nível mais geral - uma hora.
- h )** Socialização, debates, complementação e encaminhamentos - uma hora.
- i )** Sugestões para encaminhamentos:
  - Responsáveis pela articulação com o Comitê Popular da Copa no Município.
  - Responsáveis pelos grupos de trabalho: formação, comunicação, finanças etc.
- j )** Encerramento.

**NOTA: Se não for possível fazer o estudo de uma só vez, ao recomeçar, é necessário um resumo, de preferência em cartazes, da parte já feita.**



Realização:



COMITÊ POPULAR  
COPA & OLIMPIADAS **RiO**

Apoio:



ISBN 978-85-89366-23-6

